

# A ampliação do acesso da população ao Ensino Superior

## Origens

Em 9 de janeiro de 2001, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sancionou a Lei 10172, apresentada pelo Congresso Nacional, que instituiu o chamado “Plano Nacional de Educação<sup>1</sup> – PNE 2000-2010”. Segundo o plano:

*“No conjunto da América Latina, o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, mesmo quando se leva em consideração o setor privado. Assim, a porcentagem de matriculados na educação superior brasileira em relação à população de 18 a 24 anos é de menos de 12% , comparando-se desfavoravelmente com os índices de outros países do continente. A Argentina, embora conte com 40% da faixa etária, configura um caso à parte, uma vez que adotou o ingresso irrestrito, o que se reflete em altos índices de repetência e evasão nos primeiros anos. Mas o Brasil continua em situação desfavorável frente ao Chile (20,6%), à Venezuela (26%) e à Bolívia (20,6%).” (pág.38)*

Na época, existiam 2,7 milhões de estudantes no ensino superior brasileiro, para uma população de aproximadamente 23,4 milhões de jovens de 18 a 24 anos, o que dava uma taxa de escolarização de 11,5%. O PNE, então, definiu como meta até 2010:

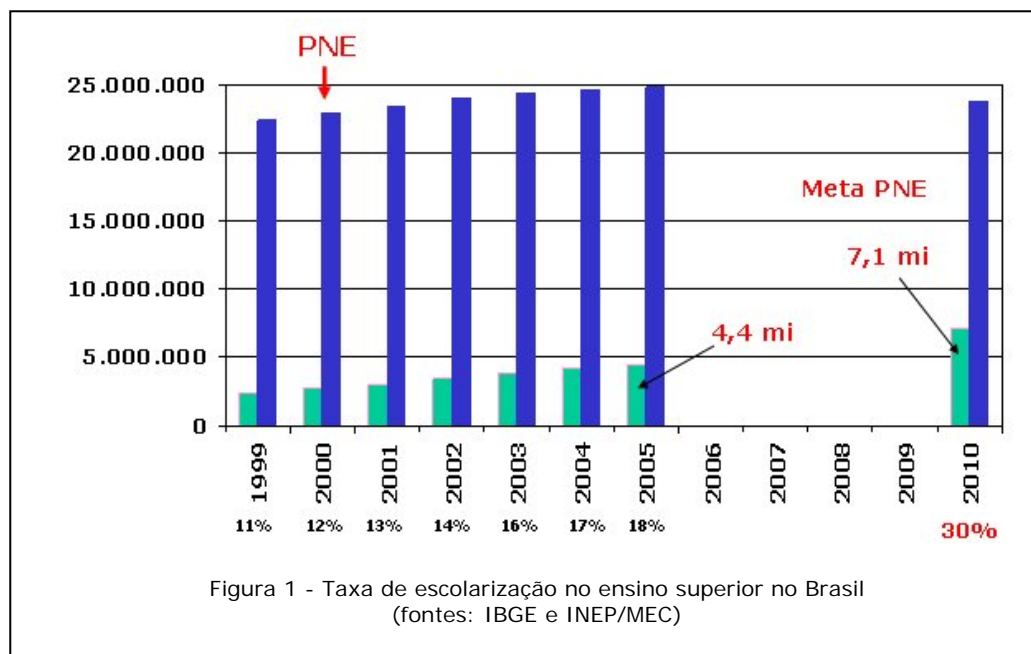
*“Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para , pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.” (pág.43)*

Algumas estimativas apontam que em 2010 teremos aproximadamente 23,8 milhões de jovens de 18 a 24 anos, portanto 30% disso é algo ao redor de 7,1 milhões de estudantes no ensino superior, um salto de 163% com relação a 2000.

## O que aconteceu

Considerando os últimos dados disponíveis do MEC, que são de 2005, o número de matrículas aumentou para 4,4 milhões, para uma população estimada de 24,8 milhões de jovens de 18 a 24 anos, elevando a taxa de escolaridade para 17,7%, mas ainda muito longe dos 30% definidos no PNE (Figura 1).

<sup>1</sup> <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>



Na comparação com outros países, o Brasil mostra marcadamente um atraso na inclusão de alunos no ensino superior (Tabela 1):

Tabela 1 – Taxa de escolarização no ensino superior no mundo (Fonte: UNESCO<sup>2</sup>).

País	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>Brasil (MEC/IBGE)</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>16</b>	<b>17</b>
<b>Brasil (UNESCO)</b>	<b>14</b>	<b>16</b>	<b>18</b>	<b>20</b>	<b>22</b>	
Argentina	49	53	58	61	64	
Bolívia	33	36	38	38	41	41
Chile	38	37		41	43	43
Venezuela		28		38	39	
Austrália	66	65	67	76	74	72
China	6	8	10	13	15	19
Coréia	66	73	78	83	87	89
Malásia	23	26	26	29	32	
França	52	53	53	53	55	56
Itália	47	49	52	55	59	63
Inglaterra	60	58	59	63	63	60
Estados Unidos	73	69	70	81	83	82

Obs.: Notar que a UNESCO e o IBGE diferem quanto ao conceito de "população em idade universitária". Assim, as taxas da UNESCO são ligeiramente maiores.

<sup>2</sup> <http://stats.uis.unesco.org>

## O desafio

Assim, temos hoje o desafio de incluir 2,7 milhões de matrículas no ensino superior até 2010. Isso representa um crescimento médio de 10% ao ano a partir da base matriculada em 2005. Todavia, conforme mostra a tabela abaixo, o Brasil apresenta uma queda no ritmo de crescimento das matrículas, sendo que nos últimos dois anos ficou estabilizada ao redor de 7% (Tabela 2).

Tabela 2 – Evolução do número de matrículas no ensino superior brasileiro  
 (Fonte: INEP/MEC)

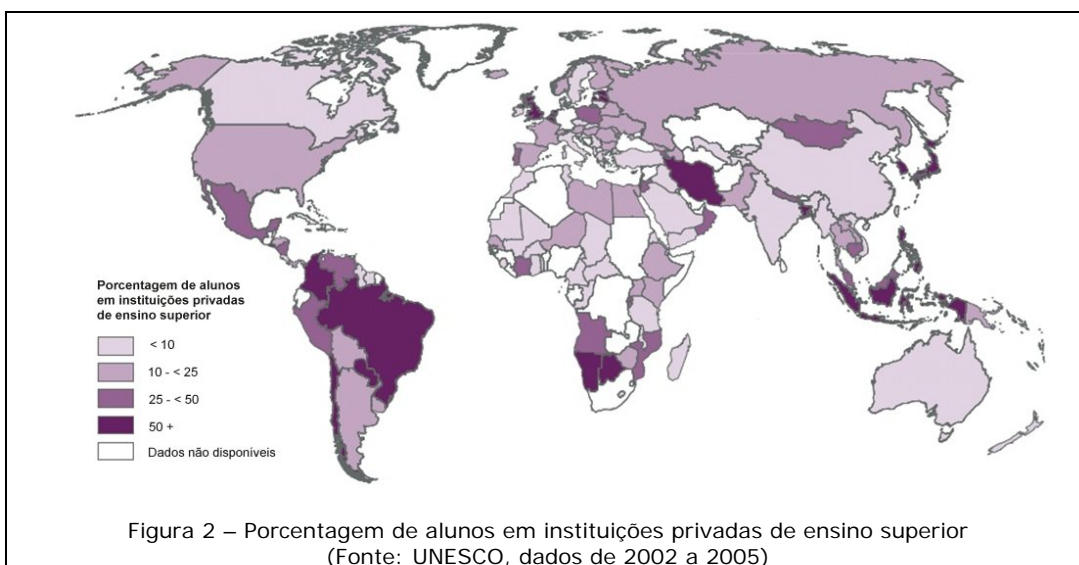
Ano	matrículas no ensino superior	taxa anual de crescimento
1999	2.369.945	-
2000	2.694.245	13,7%
2001	3.030.754	12,5%
2002	3.479.913	14,8%
2003	3.887.022	11,7%
2004	4.163.733	7,1%
2005	4.453.156	7,0%

Mantido o atual ritmo de crescimento de 7% ao ano, teremos 6,2 milhões de alunos em 2010. Todavia, analistas do setor apontam que será muito difícil sustentar esse ritmo de crescimento e sinalizam para taxas máximas de 3%. Neste cenário, atingiríamos 5,2 milhões de matrículas em 2010. Alguns analistas mais otimistas apontam para 5,7 milhões de matrículas em 2010.

**Assim, pode-se afirmar com relativa segurança que teremos um déficit de pelo menos 1,5 milhão de matrículas em 2010, mantidas as condições atuais do segmento.**

## Políticas públicas

Dos 4,4 milhões de alunos que existem hoje no ensino superior, cerca de 3,2 (73%) estão em instituições privadas. Em outras palavras, o Brasil é um país em que a grande maioria de seus estudantes de ensino superior paga para estudar em instituições particulares, uma característica que coloca o país ao lado de modelos de financiamento semelhantes aos adotados em países como Chile, Colômbia, Japão e Indonésia (Figura 2).



Desta forma, é muito difícil acreditar que seja possível suprir o déficit de mais de 1 milhão de alunos no ensino superior através da ampliação de vagas em instituições públicas, já que a capacidade do Governo de ampliar esse número tem se mostrado limitada. Os dados do MEC mostram que, em 2000, as instituições públicas tinham 887 mil alunos matriculados e em 2005 esse número passou para 1.192 mil, um acréscimo de 305 mil vagas em cinco anos. Seria necessário, portanto, quintuplicar a capacidade de expansão do ensino público para atender a demanda nacional. Os dados, todavia, mostram uma decrescente capacidade de expansão desse setor, conforme mostra a Tabela 3:

Tabela 3 – Evolução do número de matrículas no ensino superior brasileiro em instituições públicas (Fonte: INEP/MEC)

Ano	matrículas no ensino superior em instituições públicas	taxa anual de crescimento
1999	832.022	-
2000	887.026	6,6%
2001	939.225	5,9%
2002	1.051.655	12,0%
2003	1.136.370	8,1%
2004	1.178.328	3,7%
2005	1.192.189	1,2%

## A questão do financiamento

Conforme foi mostrado anteriormente, o aumento da inclusão da população brasileira no Ensino Superior está muito relacionado com sua capacidade e disponibilidade de pagamento. Assim, a questão do financiamento se coloca como elemento central para a resolução de qualquer plano que vise ampliar a quantidade de alunos nesse segmento.

Atualmente existem basicamente dois grandes programas de financiamento estudantil. O mais expressivo é o chamado FIES<sup>3</sup> (Financiamento Estudantil), mantido pelo Governo em parceria com Caixa Econômica Federal. Em 31/12/2005, o FIES tinha em sua carteira 372 mil alunos que acumulavam um saldo devedor de R\$ 3,6 bilhões. A destinação anual do programa foi de R\$ 673 milhões em 2005.

O outro programa é o PROUNI<sup>4</sup> (PROgrama UNiversidade para Todos), que consiste em um financiamento a fundo perdido para os alunos, estruturado a partir da isenção de alguns impostos das instituições que aderem ao programa. Em 2007, o PROUNI deverá atender quase 300 mil alunos e a renúncia fiscal do ano está estimada pela Receita Federal em R\$ 126 milhões.

Existem programas mantidos pela iniciativa privada, tal como o CEBRADE<sup>5</sup>, o PRAVALER<sup>6</sup> e o ALBATROZ<sup>7</sup>, mas ainda não são expressivos os números de alunos atendidos pelos mesmos.

Pode-se estimar, dessa forma, que não mais de 800 mil alunos estejam atualmente sendo beneficiados por sistemas de financiamento estudantil no Brasil. Para atender a demanda nacional definida no PNE, é necessário triplicar esse número.

<sup>3</sup> <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=376&Itemid=303>

<sup>4</sup> <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni>

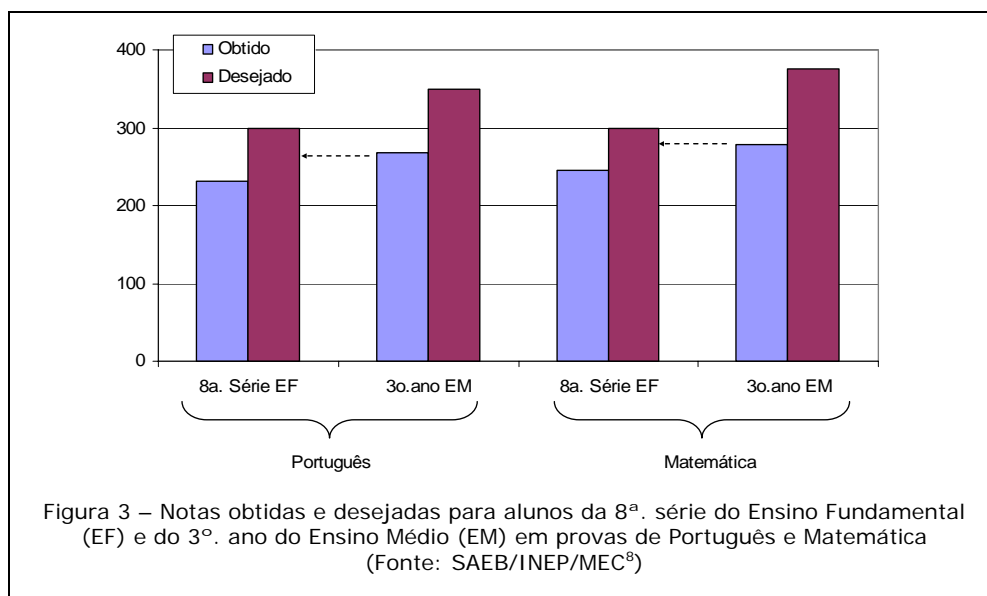
<sup>5</sup> <http://www.cebrade.org.br>

<sup>6</sup> <http://www.creditopravaler.com.br>

<sup>7</sup> [http://www.albatrozseguros.com.br/seguro\\_educacional.php](http://www.albatrozseguros.com.br/seguro_educacional.php)

## Ensino superior x Ensino básico

Uma discussão que se coloca com frequência quando se trata do tema de educação é o foco que precisa ser dado no Brasil, direcionando-o para o ensino básico (ensino fundamental + ensino médio). De fato, o Brasil apresenta graves deficiências em seu ensino básico, especialmente no que se refere à qualidade. Os dados do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) mostra que alunos do 3º. ano do Ensino Médio possuem um desempenho abaixo do desejado para o aluno da 8ª. série de Ensino Fundamental, conforme demonstra a Figura 3.



Todavia, pode-se dizer que o Ensino Básico encontra-se no momento em uma situação favorável com relação ao Ensino Superior, posto que o desafio da inclusão já foi relativamente resolvido. Em outras palavras, hoje a quase totalidade de crianças está incluída no sistema educacional da 1ª. a 4ª. séries do Ensino Fundamental e expressiva porcentagem também já foi obtida nas demais séries. Assim, no Ensino Básico o desafio hoje é muito mais em termos de qualidade, do que em termos de quantidade.

No Ensino Superior, todavia, ainda temos ambos os desafios a perseguir: qualidade e quantidade. É claro, porém, que uma iniciativa não elimina a outra, ou seja, a Educação Básica não será prejudicada se houver incentivos para a inclusão de alunos no Ensino Superior.

O que se nota, todavia, é que existem raras iniciativas no Brasil visando o aumento da inclusão da população no Ensino Superior, em comparação ao que existe para fomentar a Educação Básica.

<sup>8</sup> <http://www.inep.gov.br/download/saeb/2004/resultados/BRASIL.pdf>

## O que fazer?

Não há sinais que o cenário econômico do segmento e as atuais políticas educacionais sejam capazes de fazer o Brasil ter 7 milhões de estudantes no ensino superior em 2010. Tampouco há sinais de movimentos organizados que estejam trabalhando de forma efetiva para cumprir as metas do PNE.

Urge, dessa forma, a elaboração de uma proposta ampla, consistente e sustentável para que seja aumentado expressivamente o número de matrículas no ensino superior. Apesar de bem vindas, não resolverão iniciativas que atinjam 50 mil, 100 mil ou 200 mil alunos. As cifras são superiores a 1 milhão, é preciso “pensar grande”.

Esse documento, assim, é um convite às pessoas que acreditam que a soberania do Brasil necessariamente passa pela educação de sua população. É um convite aqueles que queiram colaborar, especialmente com idéias, para a construção de um plano de ação, com projetos e ações concretas para que consigamos, em 2010, atingir a marca de 7 milhões de alunos matriculados no Ensino Superior brasileiro.

\* \* \*